

4ª PARTE

PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS

CAPÍTULO XXIV

Do que ter Medo

Não há muita dúvida sobre a iminência histórica do processo de redemocratização do país. A partir do momento em que, para a grande maioria da burguesia brasileira, a aliança com a tecnoburocracia estatal em torno de uma proposta autoritária de Governo deixou de ser política e economicamente justificada, acelerou-se o processo de perda de legitimidade do sistema vigente. Para a classe empresarial torna-se hoje cada vez mais urgente a restauração de um sistema democrático, em que se institucionalizam os sistemas de acesso ao poder e de tomada de decisão, em que a arbitrariedade e o favoritismo da distribuição de um excedente econômico escasso possam ser criticados e modificados. Não é difícil, portanto, prever que esta classe, que não apenas detém o poder econômico, mas também a hegemonia ideológica, tenda a se unir às demais forças democráticas do país para reconduzi-lo ao Estado de direito.

Há muitas dúvidas, entretanto, sobre como será o processo de transição para a democracia e, em seguida, como se desenvolverá politicamente o novo regime. Prefiro agora deixar o problema da transição de lado. Há muitas propostas e especulações a respeito; entre as quais, a convocação de uma constituinte parece a única em princípio aceitável, já que não se pode pensar em implantar a democracia por meios ditatoriais.

Há também muitas especulações a respeito de um maior endurecimento do atual sistema, mas qualquer tentativa de radicalização parece hoje claramente fadada ao insucesso. Ultrapassada a fase da transição, porém, a qual, dependendo da habilidade das lideranças políticas e militares, poderá transcorrer sem maiores traumas, cabe perguntar que tipo de modelo político podemos esperar.

A burguesia e amplos setores da tecnoburocracia civil e militar ainda não se lançaram inteiramente no projeto de redemocratização por não saberem o que substituirá o atual regime. Há ainda um temor difuso e irracional de se mudar para pior. Mas se perguntarmos se o temor é o da tomada do poder por comunistas ou por grupos radicais de esquerda, a resposta será obviamente negativa. E mesmo uma vitória nas eleições de um partido socialista democrático parece pouco provável. Basta examinar os nomes e as tendências ideológicas dos principais líderes do MDB para que as classes dominantes percebam que mesmo esta alternativa é ainda pouco realista para o Brasil. A hegemonia política e ideológica da burguesia é ainda clara. Restabelecida sua aliança em novas bases com a classe tecnoburocrática, a burguesia, que ainda é o elemento dominante de todo o sistema de ensino e de comunicação do país, tem amplas condições de eleger um parlamento dominado pelas posições de centro-direita.

Se não há razão para a burguesia temer a tomada de poder pela esquerda, poderia ainda temer o retorno a um período de conturbação política do tipo ocorrido no Brasil entre 1961 e 1964 ou do ocorrido em Portugal entre 1974 e 1976. Ambas as situações, entretanto, são muito diversas daquela que se pode antever para o Brasil em um futuro próximo. O Brasil do início dos anos sessenta vivia o momento do colapso de um modelo político: o populismo. Era o momento de um grande vazio de poder, na medida em que não havia mais condições de manter o pacto político formulado por Getúlio Vargas e mantido até o governo de Kubitschek. A burguesia havia resolvido sua principal contradição interna, traduzida no antigo conflito burguesia industrial *versus* burguesia agroindustrial, e agora fazia frente única contra as aspirações da classe trabalhadora e das forças de esquerda, que então ensaiavam seus primeiros passos autônomos. Está-

vamos então diante de um modelo político em decomposição e não da montagem de um novo, como será o caso da redemocratização brasileira prevista.

A analogia com Portugal é também inteiramente improcedente. Aquele país saía de 40 anos de ditadura, contra 13 no nosso caso. A revolução portuguesa foi liderada por um grupo de militares de esquerda, sem apoio da burguesia, enquanto aqui se prevê a redemocratização nos quadros da democracia burguesa. A esquerda em Portugal, com base em uma elite militar de capitães e coronéis e em um Partido Comunista de orientação estalinista, imaginou em um determinado momento que poderia assumir o poder. No Brasil as forças armadas não se encontram dilaceradas por uma guerra colonial inglória, e a esquerda, com exceção de alguns setores radicais pouco expressivos, tem hoje muito mais maturidade e experiência para não incorrer em erros grosseiros como os cometidos por Vasco Gonçalves ou por Álvaro Cunhal em Portugal. A moderação dos estudantes e a serenidade da liderança do MDB em toda essa crise são uma indicação clara deste fato.

Haveria ainda um temor por parte das classes dominantes: a da volta ao populismo ainda que sem caos. Mas esta é definitivamente uma perspectiva muito pouco provável, não apenas porque a burguesia tem meios de evitá-la, mas também porque nada repugna mais à própria esquerda do que a volta a um esquema populista, em que o debate ideológico seja substituído por um equivocado conceito de nacionalismo desenvolvimentista.

A análise nos leva então à conclusão de que a redemocratização do país poderá nos levar, sem traumas mais profundos, à implantação de um sistema democrático, de base parlamentar, em que as forças políticas se distribuem por faixas ideológicas que deverão cobrir, da esquerda para a direita, um ou dois partidos socialistas, um partido liberal de centro, um partido de centro-direita e um partido de direita. É claro que o centro propriamente não existe, e que mesmo no partido socialista deverá haver setores reformistas muito moderados. Da ala moderada do partido socialista em diante, portanto, passando pelo centro e pelo centro-direita, serão todos partidos burgueses ou, no máximo, burgueses-tecnoburocratas.

Este espectro de forças políticas nascerá inicialmente de um grande pacto político — o pacto político democrático, que hoje está sendo formulado em todos os níveis da sociedade brasileira. Em seguida à redemocratização, esse pacto perderá razão de ser. Em seu lugar surgirão as definições ideológicas. E estas deverão expressar os interesses dos diversos grupos e classes sociais, permitindo a formação de pactos políticos parciais. Os partidos de centro e de direita disputarão os votos da pequena e média burguesia e do amplo setor da tecnoburocracia. São as chamadas classes ou camadas médias. Poderão ainda contar com os votos de trabalhadores rurais não politizados e de uma parcela dos trabalhadores urbanos. Estes trabalhadores urbanos mais as faixas mais intelectualizadas das camadas médias e uma parte dos trabalhadores rurais constituirão a base eleitoral do partido socialista democrático.

Constituir-se-ão, portanto, pactos políticos, mas esses pactos não terão provavelmente as características dos blocos históricos monolíticos, do tipo formado entre 1964 e 1974 pela burguesia e pela tecnoburocracia no Brasil. Pactos sociais desse tipo são típicos dos regimes autoritários, cuja legitimidade independe de um sistema eleitoral e parlamentar. As classes dominantes só podem dispensar a legitimidade democrática do parlamento e de eleições livres quando estão politicamente unidas de forma muito sólida. Em um sistema democrático, os pactos políticos são menos importantes, inclusive porque as próprias classes dominantes tendem a resolver suas contradições internas e atender aos múltiplos interesses de seus membros através dos mecanismos institucionais do sistema parlamentar.

Não há dúvida de que o Brasil já alcançou um grau de maturidade política que nos permite uma visão otimista a respeito da reimplantação da democracia no país, agora em nível mais avançado, na medida em que o populismo seja substituído pelo debate ideológico. Isto não significa que estejamos prevendo um mundo idílico, sem conflitos nem dificuldades. Esta é uma perspectiva onipotente e fantasiosa, que só pode ser adotada por personalidades autoritárias que imaginam poder resolver todos os problemas do país e da humanidade com a força de sua mente iluminada. Os problemas de base da economia brasileira — a distribuição de renda injusta, o

subdesenvolvimento, a inflação, o endividamento externo — continuam presentes, como continuarão presentes os conflitos de classe e de grupos em torno da solução desses problemas. Ninguém nem nenhum grupo tem a solução pronta para eles. As medidas a ser tomadas exigirão coragem e sacrifícios. Provocarão conflitos e protestos. Mas dispomos de uma instituição capaz de veicular o debate e a solução desses problemas. Esta instituição é a democracia, que surgiu na história moderna como um instrumento da burguesia, mas que hoje, embora muitas vezes servindo a burguesia, transformou-se na conquista política mais importante da humanidade. É esta instituição suprimida por uma crise política que durou até 1968 e em seguida mantida em recesso por um “milagre” econômico entre 1968 e 1974 que agora toda a nação quer ver restabelecida. Não há porque temê-la. Muito mais amedrontador é um Estado autoritário, fechado em si mesmo, que deriva o poder de si próprio e que procura subordinar e esvaziar a sociedade civil para aumentar o seu próprio poder. Diz o poeta: “É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte.” Talvez porque quem vive com medo da morte já não vive mais — entregou-se a uma opressão muito mais mortal.

(Folha de S. Paulo, 5 de julho de 1977.)